



**Tribunal Regional Eleitoral**  
de Goiás



# plano anual de capacitação

SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO  
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS



*SUMÁRIO*

---

Apresentação.....	3
Objetivos geral e específicos.....	5
Fundamentação.....	6
Metodologia .....	8
Avaliação das Ações de Capacitação .....	9
Indicadores.....	9
Relatório Físico-Financeiro de Execução do PAC 2022.....	10
Levantamento das Necessidades de Capacitação.....	11
Competências Transversais.....	14
Plano Anual de Capacitação de Auditoria.....	16
Plano Anual de Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral.....	17
Plano Anual De Capacitação Da Tecnologia Da Informação.....	18
Orçamento.....	19
Da definição das prioridades para 2023.....	20
Previsão de capacitação.....	23
Gestão de Risco.....	38
As alterações do Plano Anual de Capacitação.....	42
Considerações Finais.....	43
<u>Anexo - I</u> : Mapa Mental - Capacitações da SECAP – 2023	
<u>Anexo - II</u> : Mapa Estratégico – Política de Qualidade	



## *APRESENTAÇÃO*

---

A Seção de Capacitação (SECAP), da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COED), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), com fulcro no art. 133, inciso II da Resolução TRE/GO n. 275/2017 (Regulamento Interno), apresenta o presente Plano Anual de Capacitação (PAC) para o ano de 2023.

O Plano Anual de Capacitação (PAC) está previsto na Resolução TSE n. 22.572/2007 e objetiva servir de referência às ações de educação corporativa, com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, o plano está previsto na Resolução TRE/GO n. 286/2018, que dispõe sobre a Política de Educação e Desenvolvimento dos servidores, com a finalidade de favorecer a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e comportamentos necessários ao cumprimento da missão institucional.

As ações de educação corporativa compreendem os grupos formais de estudo, os treinamentos em serviço, os seminários, os congressos, os simpósios, webinários, conteúdos digitais e correlatos que contribuam para o desenvolvimento do servidor e estejam alinhados com as necessidades institucionais, observando sempre as áreas de interesse da Justiça Eleitoral de Goiás.

Nesse sentido, cabe registrar que, concomitantemente às capacitações previstas nesse PAC, são oferecidos eventos mensais, por meio do projeto “TRE em Cores”, os quais contribuem para o desenvolvimento e o aprendizado, além de fortalecerem a relação de unicidade entre os servidores e os colaboradores deste Regional.

Conforme Resolução TSE n. 22.572/2007, são áreas de interesse da Justiça Eleitoral aquelas necessárias ao cumprimento da missão institucional, relacionadas, prioritariamente, aos



serviços de processamento de feitos; análise e pesquisa de legislação, de doutrina e de jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos órgãos judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de pareceres jurídicos; gestão estratégica de pessoas, de processos, de projetos, de informação e de conhecimento; gestão da qualidade; material e patrimônio; orçamento e finanças; controle interno e auditoria; tecnologia da informação; comunicação; saúde; segurança; engenharia e arquitetura, bem como aquelas que venham a surgir no interesse e no âmbito do TRE-GO.

A programação de atividades proposta neste PAC visa nortear as ações de capacitação, definindo critérios, temas e metodologias a serem utilizados para o desenvolvimento profissional dos servidores, permitindo-lhes desempenhar com eficácia suas competências, em consonância com a missão, princípios, metas e com a política da qualidade do Tribunal.

Contudo, a elaboração deste plano não representa um engessamento das ações de capacitação, visto que as demandas surgidas ao longo do ano serão analisadas e supridas, conforme as necessidades estratégicas da instituição e a disponibilidade orçamentária.

Observa-se, por importante, que a pandemia ocasionada pela *covid* trouxe para o cenário da Educação Corporativa profundas mudanças. Muitas ações de capacitação do TRE/GO, desde março de 2020, passaram a ser realizadas na modalidade Ensino à Distância, trazendo à Seção de Capacitação (SECAP) novas formas de pensar e gerir o aprendizado.

Entretanto, em que pese as mudanças ocasionadas nas tecnologias utilizadas, nas contratações de empresas e de facilitadores adaptativos, faz-se importante considerar que a aprendizagem envolve não somente a compreensão do conteúdo, mas também a interação entre os servidores.

Por fim, registra-se que a política de educação e desenvolvimento de pessoas e equipes apresenta elementos constantes de forma esparsa na legislação e tidos como benefícios



funcionais, mas que devem ser trazidos como importante fonte de fomento ao alcance das metas e missão institucional, tais como o auxílio-bolsa de estudos, a licença para capacitação e o adicional de qualificação.

### ***OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS***

---

Este plano é uma ferramenta de planejamento da gestão da capacitação, desenvolvendo competências que agregam valor à instituição e aos próprios servidores, sujeitos e parceiros na construção da aprendizagem.

Nessa perspectiva, tem o objetivo geral de fundamentar a formação, atualização e aperfeiçoamento de servidores, estimulando-os a desenvolverem suas competências como sujeitos ativos, reflexivos e conscientes, buscando a excelência e melhoria na qualidade dos serviços ofertados pela Justiça Eleitoral e o alcance das metas institucionais.

Os objetivos específicos são:

- Estimular o autodesenvolvimento dos servidores;
- Abranger o maior número de servidores nas ações de capacitação e desenvolvimento;
- Priorizar a utilização do Ensino à Distância, como forma de maximizar os resultados e minimizar os custos.
- Garantir as ações previstas no Planejamento Estratégico vigente;
- Incentivar a formação de instrutores internos;
- Minimizar as lacunas de capacitação;
- Maximizar a eficiência do investimento em capacitação, visando à obtenção da melhor relação custo-benefício.
- Promover, por meio de ações de educação corporativa, a qualificação efetiva dos



servidores, visando à melhoria do desempenho nas suas atividades/atribuições.

Ressalta-se que a apresentação e os objetivos aqui elencados demonstram alinhamento ao objetivo estratégico n. 8 do Planejamento Estratégico do TRE-GO 2021-2026, em observância ao inciso IV do art. 3º da Resolução TRE n. 286/2018.

#### **Objetivo Estratégico 8 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas**

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

### ***FUNDAMENTAÇÃO***

---

O Plano Anual de Capacitação (PAC) está fundamentado em leis e normas, assim como em sistema de gestão, que juntos formam o conjunto eficiente na implementação do Plano.

A Gestão por Competência é sustentáculo primordial do PAC, haja vista que se configura em metodologia orientada para o desenvolvimento do conjunto de **conhecimentos, habilidades e atitudes** necessárias ao desempenho de atividades dos servidores da instituição, por meio de ações organizadas, de forma a atender três níveis de competências: **Competências fundamentais** – competências a serem desenvolvidas por todos os servidores da organização; **Competências gerenciais** – competências a serem desenvolvidas pelos servidores que ocupam cargo de chefia; e **Competências específicas** – competências relacionadas diretamente a processos de trabalho de caráter técnico e/ou vinculadas à especificidade de cada setor ou área da



organização.

Vale ressaltar que é o conjunto de competências profissionais que sustenta a competência organizacional. A capacitação é, portanto, o instrumento da Educação Corporativa, considerada um meio de desenvolver competências para tornar as pessoas mais produtivas, criativas e inovadoras, a fim de contribuir melhor para os objetivos organizacionais e se tornarem cada vez mais valiosas.

Quanto à fundamentação jurídica, o Plano está alicerçado nas seguintes normas:

- Decreto n. 9.991/2019 (revogou o Decreto 5.707/2006), que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PND) da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, que regulamenta dispositivos da Lei no 8.112/1990;
- Resolução TSE n. 22.572/2007, que instituiu o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral;
- Resolução TSE n. 22.692/2008, estabelece diretrizes para a implementação da metodologia da educação a distância – EAD no âmbito da Justiça Eleitoral.
- Resolução CNJ n. 192/2014 (alterada pela Resolução CNJ n. 246/2018) que trata da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário,
- Resolução TRE/GO n. 286/2018 que dispõe sobre a Política de Educação e Desenvolvimento dos Servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
- Portaria TRE/GO n. 191/2017 que regulamenta a Gratificação por Encargo de Cursos ou concurso no âmbito do TRE/GO.

Atento às necessidades de adequação e atendimento às novas demandas, o Plano Anual de Capacitação 2023 observa, ainda, recomendações de órgãos de controle, auditorias internas, diretrizes estratégicas e normativos editados pelo Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.



## *METODOLOGIA*

Com a finalidade de identificar as capacitações a serem realizadas em 2023 foi fundamental que a Seção de Desenvolvimento Organizacional (SEDOR) fizesse o mapeamento das necessidades de capacitação das unidades do TRE/GO.

O Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC (SEI n. [22.0.000013468-0](#)), resultante da coleta de dados junto aos gestores deste Tribunal, subsidiou os procedimentos de planejamento e preparação das ações de educação e desenvolvimento, para formatação do Plano Anual de Capacitação do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás para 2023.

Para a elaboração do PAC, também foi necessário que a Seção de Capacitação realizasse pesquisas e análises dos Planos Anuais de Capacitação de outros Tribunais e, ainda, que fizesse tratativas junto às unidades.



Os eventos de capacitação serão realizados conforme eficácia metodológica da solução proposta, relação custo/benefício, tema proposto, público-alvo, resultado a ser alcançado e dotação orçamentária, respeitando a seguinte ordem, conforme art. 10 da Resolução TRE/GO n. 286/2018:

1. Instrutoria interna, na metodologia à distância;
2. Instrutoria interna, na modalidade presencial ou semipresencial;
3. Instrutoria externa, na metodologia à distância;



4. Instrutoria externa, *in company*;
5. Ações fora da dependência deste Regional.

A elaboração e execução do PAC 2023 busca investir na formação de formadores, com vistas ao enriquecimento do Banco de Instrutores do TRE-GO, com profissionais habilitados para ministrar aulas.

O estímulo à realização de instrutoria interna agrega conhecimento, valoriza o capital intelectual interno, trazendo, desta forma, múltiplos benefícios.

As capacitações internas serão realizadas por servidores do Poder Judiciário Federal cadastrados no Banco de Instrutores do TRE/GO. Já as capacitações externas serão realizadas por escolas de governo ou outras instituições públicas ou privadas, que apresentarem a melhor relação custo-benefício.

### ***AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO***

---

Conforme art. 13 da Resolução CNJ n. 192/2014, as ações de educação deverão ser avaliadas, independentemente da modalidade, nos seguintes níveis:

1. Avaliação de Reação/Aprendizagem;
2. Avaliação de Aplicabilidade/Eficácia.

As avaliações servirão para a melhoria contínua das capacitações.

### ***INDICADORES***

---

Os indicadores representam as ferramentas de medição de resultados alcançados por meio do Plano Anual de Capacitação - PAC. Os indicadores abaixo constam no Art. 7º, § 4º da



Resolução TSE n. 22.572/2007 e serão acompanhados durante o processo de execução do plano e mensurados ao final de sua vigência:

- Número total de participações nas ações de capacitação;
- Número total de servidores capacitados;
- Número total de servidores capacitados por unidade administrativa;
- Investimento total efetuado;
- Média dos investimentos efetuados por servidor e por unidade administrativa;
- Quantidade total de horas de aprendizado oferecidas;
- A média de horas de aprendizado destinadas a cada servidor.
- Investimento total efetuado em cada unidade administrativa;

### ***RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO PAC 2022:***

As ações de capacitação do PAC 2022 envolveram os seguintes dados, geridos pela Seção de Capacitação:

UA	Nº De Capacitados	Percentual Capacitados	Total de Participações	Inscrições	Diárias	Passagens	Total Gasto Por UA	Gasto Por UA %
DG	13	3,2%	52	R\$ 42.147,65	R\$ -	R\$ -	R\$ 42.147,65	6,0%
EJE	3	0,7%	11	R\$ 11.415,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.415,46	1,6%
EXTERNO	35	3,2%	16	R\$ 14.328,70	R\$ -	R\$ -	R\$ 14.328,70	2,0%
ORE	4	1,0%	10	R\$ 4.117,69	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.117,69	0,6%
PRES	20	5,0%	69	R\$ 57.941,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 57.941,92	8,3%
SAO	46	11,5%	143	R\$ 157.678,16	R\$ -	R\$ -	R\$ 157.678,16	22,5%
SAUD	5	1,2%	20	R\$ 38.735,37	R\$ -	R\$ -	R\$ 38.735,37	5,5%
SG	3	0,7%	8	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,0%
SGDG	13	3,2%	36	R\$ 31.639,89	R\$ -	R\$ -	R\$ 31.639,89	4,5%



SGP	32	8,0%	103	R\$ 77.597,88	R\$ -	R\$ -	R\$ 77.597,88	11,1%
SJD	26	6,5%	65	R\$ 41.824,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 41.824,66	6,0%
STI	27	6,7%	68	R\$ 64.632,51	R\$ -	R\$ -	R\$ 64.632,51	9,2%
VPCRE	14	3,5%	49	R\$ 60.324,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 60.324,80	8,6%
TP	17	4,2%	50	R\$ 10.799,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.799,80	1,5%
ZE	165	41,1%	372	R\$ 86.815,53	R\$ -	R\$ -	R\$ 86.815,53	12,4%
TOTAL	423	100%	1072	R\$ 700.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 700.000,00	100%
Número de Eventos de Capacitação Disponibilizados			47					
Média de Investimento por Servidor			R\$ 1.745,64					
Média de Investimento por UA			R\$ 46.666,67					
Total de Horas de Capacitação Disponibilizados			1108 Horas					
Média de Horas de Capacitação por Servidor			3 Horas					

Pela análise da planilha acima, verifica-se que o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás obteve êxito na realização das capacitações durante o ano de 2022, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia. Observa-se que os eventos atingiram todas as áreas de atuação do Tribunal e que os gastos realizados foram os previstos e disponibilizados para tal fim.

### ***LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO***

---

Após o Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC (SEI n. 22.0.000013468-0) realizado entre as unidades deste Tribunal, foram identificados os seguintes temas de capacitação:



<b>UNIDADE</b>	<b>CAPACITAÇÃO SOLICITADA</b>
PRES	04.06 - Normativos e decisões do CNJ 18.02 - Planejamento Estratégico 28.01 - Editor de Texto 28.02 - Planilha Eletrônica 28.03 - Editor de Apresentação 17.16 - Secretariado
PRES/ DG / SGP	02.01 - Direito Administrativo Geral 02.02 - Legislação de Pessoal
DG	17.17 - Governança 22.05 - Assessoria de Imprensa
DG/SAO	06.01 - Licitação e Contratos 06.05 - Licitação - Termo de Referência 06.07 - Licitações - Penalidades Administrativas 06.10 - Planilhas de Custos e Formação de Preços 06.12 - Pregão
SAO	25.01 - Segurança (Reciclagem de Agentes)
SGP	13.02 - Organização Concurso Público 26.6 - Níveis de Prevenção
PRES / VPCRE	17.16 - Secretariado 21.02 - Redação Oficial e Pareceres Técnicos
VPCRE	27.07 - Processo Judicial Eletrônico - PJE
VPCRE/ INTERZONAS	04.09 - Manual da Corregedoria 04.11 - Padronização dos Atos Oficiais



<b>UNIDADE</b>	<b>CAPACITAÇÃO SOLICITADA</b>
PRES / ORE	04.06 - Normativos e decisões do CNJ 18.02 - Planejamento Estratégico
ORE	39.01 - Técnicas de Ouvidoria 29.01 - Segurança da Informação
ORE / PQVT	17.08 - Gestão de Pessoas
PQVT	17.08 - Gestão de Pessoas 26.06 - Níveis de prevenção 26.08 - Clínica Médica e Medicina do Trabalho
PRES / EJE	03.04 - Direito Processual Administrativo
EJE / INTERZONAS	01.20 - Direito Penal Eleitoral
EJE / SJD	03.03 - Direito Processual Civil 01.04 - Propaganda Eleitoral 22.11 - Mídias Digitais
EJE / TP	21.02 - Redação Oficial e Pareceres Técnicos 21.06 - Elaboração Ementas Jurisprudências
EJE / TP / SDJ	01.20 - Direito Penal Eleitoral
SAUD	07.09 - Gestão de Risco (Auditoria) 07.11 - Gestão de Risco (Análise e Gerenciamento) 10.03 - Gestão Patrimonial
PDG	14.12 - Técnicas de liderança



UNIDADE	CAPACITAÇÃO SOLICITADA
STI	29.01 - Segurança da Informação 29.15 - Governança e Gestão de Riscos de TI 30.01 - Análise e Projeto de Software 34.04 – WordPress 35.02 - Administração de SGBD - Princípios, Técnicas e Ferramentas

### ***COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS***

Conforme o Memorando SEDUC/SGP/TSE n. 1/2022, mostra-se pertinente que o PAC seja subdividido em dois eixos de ação que envolverão o público-alvo de forma distinta, sendo classificados em Setoriais e Gerais.

As ações Setoriais visam o desenvolvimento de competências técnicas de servidores em sua área de atuação, isto é, atender às demandas das unidades. Logo, são ações mais específicas e restritas a um público.

As ações Gerais objetivam o desenvolvimento de competências relevantes a todos os servidores, aplicáveis nas diversas áreas existentes no Tribunal. Essas ações, por serem mais amplas, são consideradas transversais, as quais abordam temas oportunos para a atuação profissional dos servidores em uma Administração Pública inclusiva, sustentável, ética e com foco na entrega de serviços que agregam valor à sociedade.

Diante disso, fica clara a importância das competências transversais dentro das capacitações que serão realizadas pelo Tribunal. Sendo assim, este plano realizará ações para 2023 dentro dos seguintes temas:



- Sustentabilidade (Resolução CNJ n. 400/2021);
- Acessibilidade (Resolução CNJ n. 401/2020);
- Integridade (Resolução CNJ n. 410/2021 e Res. TRE-GO n. 361/2022);
- LGPD (Resolução CNJ n. 363/2021);
- Gestão de dados e estatística (Resolução CNJ n. 462/2022);
- Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Res. CNJ 395/2021);
- Design Thinking (Resolução CNJ n. 395/2021);
- Assédio Moral, Sexual e Discriminação (Resolução CNJ n. 351/2020, alterada pela 413/2021);
- Cibersegurança (Resoluções CNJ n. 361/2020; n. 396/2021 e Portaria TSE n. 590/2022);
- Ética no Serviço Público (Resolução CNJ n. 410/2021);
- PJE (Resoluções CNJ n. 335/2020 e n. 185/2013);
- Segurança da informação (Resolução TSE n. 23.656/2021);
- Gestão e fiscalização de contratos (Resolução CNJ N° 347/2020 e Resolução TSE n. 23.702/2022);
- Palestra sobre equidade, inclusão, combate e prevenção ao racismo (Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial);
- Palestra sobre liberdade religiosa (RESOLUÇÃO CNJ n. 440/2022, institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro).



## ***PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE AUDITORIA***

---

Insta ressaltar que a Resolução CNJ n. 309/2020 determina, no *Capítulo X - Do Plano Anual de Capacitação*, que seja elaborado Plano Anual de Capacitação de Auditoria - PAC-AUD para desenvolver as competências técnicas e gerenciais à formação de auditor.

Consoante o art. 69, § 1º da referida Resolução, *“as ações de capacitação serão propostas com base nas lacunas de conhecimento identificadas, a partir dos temas das auditorias previstas no PAA, preferencialmente, por meio do mapeamento de competências.”*

Frisa-se que, nos termos do art. 70, § 2º *“a não contratação de cursos constantes no plano não poderá implicar, por si só, o cancelamento de auditorias ou consultorias, mas o auditor desprovido de capacidade técnica para o trabalho específico a ser desempenhado não participará da auditoria.”*

No âmbito deste Regional, o Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna - PAC AUD, foi formalizado por meio do SEI 22.0.000011789-0, cuja cópia segue anexa aos autos (documento 0443089).

Cumprido esclarecer que as capacitações aprovadas no Plano Anual de Capacitação da Auditoria Interna – PAC AUD foram incluídas neste PAC.

A Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, versa sobre a necessidade do desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais inerentes à formação de auditores e a Resolução CNJ n. 422, de 28 de setembro de 2021 ratifica essa necessidade, bem como a Resolução TRE-GO n. 331, 27 de agosto de 2020, que traz a importância da execução das ações de formação e desenvolvimento dos auditores ocorrerem, preferencialmente, antes do início dos trabalhos previstos no Plano Anual de Auditoria – PAA.

Para o exercício de 2023, a estratégia utilizada pela Secretaria de Auditoria Interna foi subdividir as ações em dois grupos:

- Ações que possam aproveitar a outras áreas;
- Ações especializadas em auditoria interna.



***PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL***

Os temas seguintes foram identificados no Levantamento de Necessidades de Capacitação, porém deverão compor o Plano Anual de Trabalho da Escola Judiciária Eleitoral (PAT), que será a responsável pela administração orçamentária e de execução das atividades:

nº	Evento	Público Alvo	Nº. De Servidores	Modalidade	Estimativa de Investimento
1	Direito Penal Eleitoral - Crimes Cibernéticos	EJE/INT EGRAZO NAS	<b>Todos servidores das Zonas Eleitorais</b>	A definir	R\$ 12.000,00
2	Direito Eleitoral Digital e Mídias Sociais (jurista do futuro)	EJE/SJD	<b>30</b>	A definir	R\$ 5.000,00
3	Direito Processual Civil - Cumprimento de Sentença	EJE/TP	<b>15</b>	A definir	R\$ 12.000,00
4	Redação Jurídica e elaboração de acórdãos	EJE/TP	<b>15</b>	A definir	R\$ 12.000,00
5	Direito Processual Administrativo	EJE/PRES	<b>6</b>	A definir	R\$ 12.000,00
6	Cumprimento de Sentença	EJE/SJD	<b>30</b>	A definir	R\$ 5.000,00
7	Direito Penal Eleitoral	EJE/TP/ SJD	<b>45</b>	A definir	R\$ 5.000,00
8	Direito Eleitoral - Realização e Registro de pesquisa eleitoral	EJE/INT EGRAZO NAS	<b>Todos servidores das Zonas Eleitorais</b>	A definir	R\$ 12.000,00
9	Direito Processual Cível – Processo Eleitoral	EJE/TP	<b>15</b>	A definir	R\$ 5.000,00



***PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO***

Os temas seguintes foram identificados no Levantamento de Necessidades de Capacitação, porém deverão compor o Plano Anual de Treinamento em Tecnologia da Informação (PATI), que será a responsável pela administração orçamentária e de execução das atividades:

Classe	Ação de Treinamento	Estimativa de Investimento	Nº de Servidores
Cursos Técnicos Operacionais	Resposta a Ataques Cibernéticos	R\$14.199,90	10
	Capacitação Kubernetes: suporte ao Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), conforme Resolução CNJ 408/2021.	R\$ 53.000,00	10
	Capacitação Wordpress: ferramenta utilizada na nova intranet.	R\$ 3.190,10	3
	Segurança em Servidores Linux	R\$ 3.000,00	2
	Técnicas de Intrusão em Redes Corporativas	R\$ 24.000,00	2
	Oracle Database 19c: Administration Workshop	R\$ 12.000,00	2
Cursos Estratégicos e Táticos	Gestão de Riscos Cibernéticos	R\$ 9.000,00	8
	Plano Estratégico de Segurança da Informação	R\$ 11.610,00	9
	Plano de Continuidade de Negócios	R\$ 10.000,00	9
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 140.000,00</b>	



No tocante às ações de capacitação destinadas à área de Tecnologia da Informação, em cumprimento ao do Art. 15 da Resolução do CNJ n. 211/2015, que Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), foram indicados cursos que proporcionam maior eficiência no desenvolvimento de sistemas e aplicações utilizando tecnologias mais modernas e seguras.

### **ORÇAMENTO**

Na planilha abaixo, segue detalhada a projeção de investimento financeiro em capacitação e desenvolvimento dos servidores do TRE/GO para o ano de 2023:

<b>SECAP</b>	
Orçamento Ordinário	
<b>Item de despesa</b>	<b>Autorizado</b>
Diárias e passagens	R\$ 5.000,00
Instrutoria Interna	R\$ 95.000,00
Serviços prestados na área de treinamento	R\$ 1.000.000,00
Auxílio bolsa	R\$ 400.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.500.000,00</b>
<b>EJE</b>	
Orçamento Ordinário	R\$ 80.000,00
<b>STI</b>	
Treinamento em Tecnologia da Informação	R\$ 140.000,00

Importa registrar que a execução físico-financeira será objeto de acompanhamento pela Seção de Capacitação, que executará os eventos e acompanhará os orçamentos de capacitação colocados sob sua responsabilidade enquanto Unidade Administrativa - UA.



## ***DA DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES PARA 2023***

---

Após avaliação orçamentária e do resultado do Levantamento das Necessidades de Capacitação, percebeu-se a importância de priorizar ações que impactam positivamente os recursos financeiros e os resultados da instituição.

A Resolução TSE n. 22.572/2007 prevê, em seu art. 7º, §2º, que os planos anuais de capacitação e desenvolvimento devem indicar as ações de capacitação prioritárias para o período a que se referem.

Dessa forma a Seção de Capacitação deverá priorizar a execução de ações que privilegiem os temas e competências discriminadas a seguir, tidos como estratégicos pela Administração, em observância ao inciso IV do art. 3º da Resolução TRE n. 286/2018 e observada a disponibilidade orçamentária e financeira:

### **1. Garantir os direitos da cidadania**

Cursos: Comunicação não-violenta; Comunicação Eficiente - treinamento de porta-vozes - Como falar em público; Curso de Resposta a Ataques Cibernéticos;

### **2. Fortalecer a relação institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade**

Projeto “TRE em Cores”.

### **3. Assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**

Cursos: Cumprimento de Sentença, Redação Jurídica e elaboração de acórdãos; Direito Penal Eleitoral - Crimes Cibernéticos; Direito Eleitoral Digital e Mídias Sociais (jurista do futuro); Cumprimento de Sentença; Direito Processual Cível Eleitoral; Pesquisas Eleitorais; Direito Penal Eleitoral;



**4. Fortalecer o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais**

Cursos: ISO 37.001 - Sistema de Gestão Antissuborno; Gestão de Integridade; Curso sobre Ética e Integridade; ISO 37.301 - Sistema de Gestão de Compliance; Gestão de Segurança da Informação; ISO 27.001 e 27.701 - Sistema de Gestão da Segurança da Informação; LGPD.

**5. Garantir a legitimidade do processo eleitoral**

Cursos: Direito Penal Eleitoral; Rotinas Cartorárias, Pje e PJeCor; Direito Processual Administrativo;

**6. Promover a sustentabilidade**

Cursos: Gestão Ambiental: Metodologia e Boas Práticas ISO 14001

**7. Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança da Justiça Eleitoral**

Cursos: Inovação como escolha estratégica; Reajuste, Revisão e Repactuação de Preços à Luz do Princípio da Preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos com Ênfase nas Alterações Unilaterais do Contrato. Atualizado com a NLLC n. 14.133/2021; Treinamento em Contratação sob a Nova Lei 14.133/2021, do ETP até o Pregão; Gestão Patrimonial; Curso Presencial: Redação do foco na elaboração de documentos oficiais e técnicos; Governança, Riscos e Compliance; Gestão de Riscos; Riscos de Compliance

**8. Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas**

Cursos: Legislação de Pessoal no Serviço Público (Lei 8112/90); Palestra



Influência da Liderança na Qualidade de Vida - Estratégias com base na Ciência; Curso Presencial: Secretariado Executivo e Assessoria em Face dos Novos Desafios da Administração Pública; Direito Tributário e Previdenciário adaptado à Folha de Pagamento do PJU; Mentoria Individual de Desenvolvimento com os CJs Estratégicos (CJ 3 e 4); Curso organização Concurso Público e elaboração de editais; Curso Dale Carnegie (CJ 1 e 2); Como elaborar ETP e TR de acordo com a Lei 14.133/2021; Pacote Office Completo; Capacitação em Wordpress.

#### **9. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira**

Cursos: Reciclagem Anual - Agentes de Polícia Judicial; Contabilidade Setorial; Capacitação de Pregoeiros/ Agente de Contratação; com prática no sistema Compras.Gov; atualizado pela NLLC 14.133/21 e IN SEGES/ME 73/2022 – Pregão; Pesquisa de preços segundo a Lei 14.133/2021; Nova Lei de Licitações e Contratos; Análise de balancetes e conformidade contábil; Tesouro Gerencial, EFD - REINF e DCTFWEB; Retenção de Tributos.

#### **10. Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de Proteção de Dados.**

Cursos: Implementação à Lei Geral de Proteção de Dados; Curador de Dados - Data Steward; Plano de Continuidade de Negócios; Plano Estratégico de Segurança da Informação; Gestão de Riscos Cibernéticos; Oracle Database 19c: Administration Workshop; Técnicas de Intrusão em Redes Corporativas; Segurança em Servidores Linux; Capacitação Kubernetes.

Cumprir destacar que foi oferecido, durante o ano de 2021 com continuidade em 2022, treinamento destinado à formação e ao desenvolvimento de gestores, em cumprimento ao Art. 6º, inc. III da Resolução TSE n. 22.572/2007, dando continuidade ao Programa de Desenvolvimento Gerencial.



A definição dos eventos foi realizada mediante consulta com as unidades para indicação adequada das prioridades, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos essenciais: (1) desenvolvimento dos servidores, (2) cumprimento do Planejamento Estratégico e (3) adequação orçamentária.

### ***PREVISÃO DE CAPACITAÇÃO***

Da análise das ações prioritárias, segue a previsão de capacitação dividida por evento, público-alvo, carga horária, resultados pretendidos e estimativa de investimentos, conforme preconiza a Resolução TSE nº 22.572/2007, em seu art. 7º §2º e inciso I do §1º do art. 8º da Resolução n. 286/2018:

Nº	Evento	Resultados Pretendidos	Público-Alvo	Nº. De Servidores	Estimativa de Investimento	Prioridade
1	Curso de Pacote Office Completo	Servidores da Presidência capacitados para utilização dos produtos do pacote Microsoft Office (Word, Excel, Powerpoint, Outlook).	PRES	30	R\$ 5.000,00	1
2	Curso de Legislação de Pessoal	Aperfeiçoar a gestão administrativa e jurídica da Justiça Eleitoral.	PRES/DG /SGP	25	R\$ 5.000,00	1



3	ISO 37.001 - Sistema de Gestão Antissuborno	Servidores Capacitados nas normas internacionais da Gestão Antissuborno, para a execução e aperfeiçoamento da gestão do Tribunal.	PRES	15	R\$ 6.000,00	1
4	Capacitação em Gestão de Integridade	Potencializar a gestão administrativa e a governança da Justiça Eleitoral, adotando o programa de aperfeiçoamento de Gestão da Integridade.	PRES	10	R\$ 5.000,00	1
5	Ação de capacitação sobre Ética e Integridade	Conscientizar e capacitar o quadro de servidores do Tribunal para a criação de um programa de ética e integridade.	PRES	Todo o Tribunal	R\$ 5.000,00	1



6	Curso de Secretariado Executivo e Assessoria em Face dos Novos Desafios da Administração Pública	Servidores capacitados em alto padrão para Secretariado Executivo e Assessoria.	PRES	3	R\$ 9.000,00	1
7	ISO 37.301 - Sistema de Gestão de Compliance	Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança da Justiça Eleitoral. Implantar e implementar programa de compliance.	PRES	20	R\$ 5.000,00	2
8	ISO 27.001 e 27.701 - Sistema de Gestão da Segurança da Informação	Potencializar a gestão administrativa e a governança da Justiça Eleitoral, adotando o programa de aperfeiçoamento da Segurança da Informação.	PRES	25	R\$ 7.000,00	2



9	Curso de Redação do foco na elaboração de documentos oficiais e técnicos	Servidores capacitados para elaboração de documentos oficiais e técnicos utilizando o emprego correto da língua portuguesa e as normas da redação oficial.	PRES/ VPCRE	30	R\$ 7.000,00	2
10	Capacitação na LGPD	Intensificar os mecanismos de segurança da informação e proteção de dados.	PRES/ORE	35	R\$ 5.000,00	3
11	Curso de Pje e PJeCor	Servidores da CRE e Zonas Eleitorais capacitados e com domínio pleno das plataformas de processo judicial eletrônico.	VPCRE/ INTEGRA ZONAS	100	R\$ 5.000,00	2
12	Curso de Rotinas Cartorárias	Servidores da Zona Eleitoral capacitados para organização e exercício do expediente de Cartório Eleitoral.	VPCRE/ INTEGRA ZONAS	Todos os servidores das Zonas Eleitorais	R\$ 5.000,00	2



13	Capacitação de Pregoeiros/ Agente de Contratação com prática no sistema Compras.Gov, atualizado pela NLLC 14.133/21 e IN SEGES/ME 73/2022 - Pregão	Promover a formação, atualização e capacitação dos servidores na gestão de contratações e pregões na Justiça Eleitoral.	DG	10	R\$ 15.500,00	1
14	Inovação como escolha estratégica	Adotar um programa de inovação e transformação digital.	DG	5	R\$ 3.900,00	1



15	Curso de Reajuste, Revisão e Repactuação de Preços à Luz do Princípio da Preservação do Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos com Ênfase nas Alterações Unilaterais do Contrato. Atualizado com a NLLC n. 14.133/2021	Servidores capacitados sobre a forma adequada de realizar reajustes, revisões e repactuações de contratos.	DG	7	R\$ 20.300,00	1
16	Curso de Legislação de pessoal - Avançado - Aspectos Polêmicos e Jurisprudência dos Tribunais Superiores.	Servidores capacitados na legislação de pessoal e atualizados segundo a Jurisprudência dos Tribunais Superiores.	DG	7	R\$ 8.400,00	1



17	Treinamento em Contratação sob a Nova Lei 14.133/2021, do ETP até o Pregão	Servidores Capacitados para efetuar a gestão e fiscalização dos contratos de modo eficiente e eficaz	DG/SAO	50	R\$ 220.000,00	1
18	Comunicação Eficiente - treinamento de porta-vozes - Como falar em público	Servidores capacitados para realizar exposições com segurança e eficiência.	DG	20	R\$ 50.000,00	1
19	Governança, Riscos e Compliance	Aprimoramento da gestão administrativa e da governança da Justiça Eleitoral.	DG	3	R\$ 18.000,00	2
20	Curso de Gestão Ambiental: Metodologia e Boas Práticas ISO 14001	Servidores capacitados nas normas de gestão ambiental para o alcance de um desempenho ambiental correto e a criação de uma cultura de sustentabilidade na gestão.	DG	2	R\$ 5.000,00	3



21	Curso de Gestão Patrimonial	Servidores capacitados para uma melhor logística e coordenação dos recursos materiais do Tribunal.	SAUD	30	R\$ 24.900,00	1
22	Curso de Gestão de Riscos	Servidores capacitados na identificação, avaliação e priorização de riscos, para minimizar, monitorar e controlar a probabilidade e o impacto de eventos negativos ou maximizar o aproveitamento de oportunidades.	SAUD	25	R\$ 20.000,00	2
23	Comunicação Não Violenta	Servidores capacitados para o uso de uma comunicação não violenta e da recepção de feedbacks.	PQVT/ ORE	55	R\$ 25.000,00	1



24	Palestras para o Projeto TRE em Cores	Servidores desenvolvidos e relação fortalecida servidores e os colaboradores deste Regional.	PQVT	Todo o Tribunal	R\$ 20.000,00	2
25	Curso de Testes Psicológicos	Capacitar servidores da área da saúde para cuidados com o psicológico dos servidores, a fim de proporcionar qualidade de vida no trabalho.	PQVT	1	R\$ 3.000,00	3
26	Palestra: Influência da Liderança na Qualidade de Vida - Estratégias com base na Ciência	Servidores capacitados para efetuar gestão, administração do tempo e técnicas de liderança com foco na qualidade de vida.	PDG	Todo o Tribunal	R\$ 12.000,00	1
27	Mentoria Individual de Desenvolvimento com os CJs Estratégicos (CJ 3 e 4)	Gestores com mentalidade estratégica desenvolvida para efetuar gestão de recursos humanos e liderança de alto padrão.	PDG	11	R\$ 90.000,00	2



28	Curso mediante diagnóstico prévio Dale Carnegie (CJ 1 e 2) -	Gestores capacitados para liderança, otimizando a governança e gestão de pessoas.	PDG	14	R\$ 50.000,00	3
29	Curador de Dados - Data Steward	Aprimoramento nos processos que envolvem a prestação de informações aos usuários da Justiça Eleitoral	ORE	40	R\$ 5.000,00	2
30	Reciclagem Anual - Agentes de Polícia Judicial	Agentes de Polícia Judicial devidamente aptos e capacitados para exercer suas funções, bem como atualizados no uso das ferramentas pertinentes à segurança.	SAO	7	R\$ 35.000,00	1



31	Curso de Contabilidade Setorial	Aprimorar o conhecimento dos servidores quanto ao processo de levantamento e análise de informações contábeis dos diversos setores do Tribunal.	SAO	3	R\$ 6.000,00	1
32	Curso de Regularizações contábeis no SIAFI	Promover aos Servidores o entendimento sobre as diversas rotinas e procedimentos da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, para que sejam efetuadas as devidas regularizações e ajustes nos saldos contábeis e nos documentos do SIAFI.	SAO	2	R\$ 4.000,00	1



33	Curso de Como elaborar ETP e TR de acordo com a Lei 14.133/2021	Servidores capacitados na elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência de acordo com a Nova Lei de Licitações.	SAO	30	R\$ 48.000,00	2
34	Capacitação em Análise de balancetes e conformidade contábil	Servidores capacitados na avaliação de demonstrativos contábeis em relação a fidedignidade das informações a fim do registro da contabilidade no sistema ser fielmente representado pela veracidade dos dados apresentados.	SAO	2	R\$ 5.000,00	2
35	Curso de Tesouro Gerencial	Servidores capacitados para a utilização do Sistema Tesouro Gerencial.	SAO	4	R\$ 7.000,00	2



36	Capacitação em Pesquisa de preços segundo a Lei 14.133/2021	Servidores capacitados na pesquisa de preços para contratações diversas, atualizados na Nova Lei de Licitações, para melhor aproveitamento dos recursos da administração pública.	SAO	30	R\$ 48.000,00	3
37	Capacitação em EFD - REINF e DCTFWEB	Servidores capacitados na Escrituração Fiscal Digital e outros documentos fiscais de interesses da Administração Financeira Orçamentária.	SAO	3	R\$ 5.000,00	3
38	Capacitação em Retenção de Tributos	Servidores capacitados na legislação e no funcionamento da retenção de tributos por parte da Administração Pública em substituição tributária.	SAO	2	R\$ 4.000,00	3



39	Capacitação em Atendimento de Urgência	Servidores da equipe médicos aptos a realizar atendimentos de urgência nas dependências do Tribunal.	SGP	5	R\$ 5.000,00	1
40	Curso de Direito Tributário e Previdenciário adaptado à Folha de Pagamento do PJU	Servidores capacitados e atualizados na legislação tributária e previdenciária pertinente ao poder judiciário da união para aplicação na folha de pagamento.	SGP	10	R\$ 20.000,00	2
41	Capacitação em Organização de Concurso Público e elaboração de Editais	Servidores capacitados para organização e realização de concurso público e elaboração de editais.	SGP	10	R\$ 15.000,00	3
42	Capacitação para elaboração de Trilhas de Desenvolvimento	Criar um programa de Desenvolvimento sequencial dos servidores do quadro.	SGP	10	R\$ 120.000,00	1



# Tribunal Regional Eleitoral

de Goiás

43	Capacitação em Gestão de Equipes em Tele Trabalho	Implementação e aprimoramento contínuo da gestão de equipes em Teletrabalho.	SGP	230	R\$ 5.000,00	1
44	Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito Poder Judiciário brasileiro	Servidores da Justiça Eleitoral conscientizados sobre a liberdade religiosa e o combate à intolerância, para melhoria do clima organizacional e das relações interpessoais.	SGP	Todo do Tribunal	R\$ 5.000,00	2
45	Ações de Competências Transversais	Quadro de servidores conscientizado sobre temas relevantes para a atuação profissional de maneira inclusiva, sustentável, ética e com foco na entrega de serviços que agregam valor à sociedade livre, justa e solidária.	Todo o Tribunal	Todo o Tribunal	R\$ 8.000,00	1
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.000.000,00</b>	



Os cursos serão executados, conforme ordem de prioridade, condicionados à disponibilidade orçamentária.

Observa-se que, não obstante o rol de eventos de capacitação elencado no quadro de previsão, as unidades poderão, ao longo do exercício, em face de necessidades administrativas que venham a surgir, postular a participação de seus servidores em ações de capacitação externas, nos moldes da Portaria n. 479/2012 – PRES, bem como sugerir a contratação de ações de formação e aperfeiçoamento, condicionadas à existência de recursos disponíveis.

Os pedidos serão analisados do ponto de vista técnico-funcional pela Secretaria de Gestão de Pessoas, ficando o juízo de oportunidade e conveniência a cargo da Alta Administração.

### ***GESTÃO DE RISCOS***

---

Segundo o TCU a Gestão de Riscos é a identificação, avaliação e priorização de riscos, seguida de uma ação coordenada e econômica de recursos para minimizar, monitorar e controlar a probabilidade e o impacto de eventos negativos ou maximizar o aproveitamento de oportunidades. O objetivo da Gestão de riscos no PAC é promover meios para que as incertezas nas ações de capacitação não desviem os esforços da seção de seus objetivos, contribuindo com a eficiência da educação corporativa do TRE/GO.

A SECAP identificou os riscos possíveis no processo de execução das ações de capacitação, que constam na Matriz de Riscos, apresentada adiante. Tais riscos deverão ser avaliados, definidas as respostas e implementadas as medidas de controle de acordo com as prioridades e objetivos do Tribunal, conforme regulamenta o art. 7º do Decreto n. 9.991/2019.



## ESCOPO DA GESTÃO DE RISCOS

<b>Equipe</b> (nome e matrícula)	<b>Gestor de Risco (representante do grupo)</b> 1 Bianca Thaís de Souza Crocamo (Chefe da Seção de Capacitação)
	2 Odenilton Tavares de Sousa (Técnico Judiciário – SECAP)
	3 Julia Pittelkow Albuquerque Montes (Substituta)
<b>Processo de Trabalho:</b>	Processo – CAPACITAÇÃO
<b>Objetivos do Processo:</b>	Promover capacitação dos servidores
<b>Descrição do Processo:</b>	Qualificação para reduzir os gaps de formação dos servidores, tendo em vista a aderência dos cursos propostos ao Planejamento Estratégico. Capacitando-os para melhor desenvolvimento das suas atividades.



<i>SWOT</i>	
<b>FORÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
Potencial estratégico do processo	Dotação orçamentária extraordinária
Dotação orçamentária exclusiva	Apoio da Alta Direção
Contratação simplificada por conta da natureza do objeto	Possibilidade de capacitação on-line
Equipe qualificada	
<b>FRAQUEZAS</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Limitação orçamentária	Burocracia
Ausência de aderência do planejamento pelo demandante com relação ao executado	Excesso medição
Planejamento mal feito pelas unidades demandantes	Infraestrutura tecnológica precária
Ausência de um fórum estratégico para definição dos caminhos das contratações de capacitação	
Ausência de alinhamento entre as unidades para planejamento das contratações	
Sobrecarga de atribuições	
Infraestrutura tecnológica precária	



## PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS SIMPLIFICADO

Id	Causas	Evento De Risco	Consequências	Prob	Probabilidade	Impacto	Impacto	NRI	Nível De Risco Inerente
1	Atraso na Lei Orçamentária Anual Contingenciamento Priorização da liberação orçamentária prevista	Indisponibilidade orçamentária /financeira	Limitação do procedimento com impossibilidade de execução do Plano Anual de Capacitação	8	4:ALTA Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	6	3:RELEVANTE Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação no caso de consequências negativas.	48,00	Alto
2	Atraso na contratação Indisponibilidade de estrutura física/tecnológica Acúmulo de atividades em ano eleitoral Planejamento inadequado do demandante Pedidos extemporâneos para realização de cursos	Execução parcial do PAC	Inexecução orçamentária Capacitação parcial Impacto no Planejamento Estratégico quanto a cobertura dos gaps necessários para o propósito do TRE.	10	5:MUITO ALTA Evento repetitivo e constante.	8	4:MUITO RELEVANTE Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação no caso de consequências negativas.	80,00	Extremo

Analisando a matriz percebe-se que os riscos no processo de capacitação possuem probabilidade alta/muito alta de ocorrência, com impacto que varia de relevante a muito relevante.



## ***AS ALTERAÇÕES DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO***

---

O Plano Anual de Capacitação, no ano de sua vigência, é o documento norteador das capacitações que serão realizadas pelo Tribunal, documento este construído em colaboração com toda a organização tendo como base as lacunas de treinamento que devem ser eliminadas.

Por ter sido planejado com antecedência, existe a possibilidade de, durante sua execução, alguma unidade desejar realizar ajustes e solicitar a inclusão ou substituição de uma das capacitações planejadas anteriormente.

Em face deste cenário a Secretaria de Gestão de Pessoas, em conjunto com a Diretoria-Geral, definiu diretrizes para solicitação de cursos que estejam fora do PAC, as quais deverão ser seguidas por todas as unidades:

### 1. Solicitação de cursos que não estejam previstos no PAC:

a. Somente os dirigentes das unidades (Diretor-Geral, Secretários(as), etc.) poderão solicitar cursos que não estejam previstos no PAC;

b. A solicitação deve ser feita através de processo no sistema SEI com no mínimo 60 dias de antecedência da data do curso;

c. Diante da realidade de restrições orçamentárias a unidade indicará qual(is) curso(s), dentre aquele(s) previsto(s) na sua programação, que será(ão) substituído(s) e de onde será liberado orçamento para a nova necessidade;

d. A unidade deverá justificar sua solicitação apresentando elementos que demonstrem a importância do novo treinamento indicando quais as oportunidades e riscos da realização ou não da capacitação;

e. A solicitação será analisada pela Seção de Capacitação a qual deverá elaborar



parecer conclusivo para apreciação da Diretoria-Geral;

f. Somente a Diretoria-Geral poderá aprovar a realização de um novo treinamento que não esteja previsto no PAC.

2. Alteração nas características de um curso que foi planejado pela unidade:

a. Durante a elaboração do PAC as unidades definem uma série de características sendo as mais importantes o tema do curso e o número de vagas estimado.

Porém no momento da realização da capacitação ocorrem alterações que impactam no planejamento/execução do treinamento;

b. Em caso de alteração do tema do curso ou do número de vagas ou da projeção incorreta do número de participantes a unidade deverá justificar no processo o que aconteceu, haja vista o impacto orçamentário e na programação do PAC.

Solicitações enviadas à SECAP que não atendam às diretrizes acima não serão analisadas e imediatamente devolvidas ao solicitante.

### ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

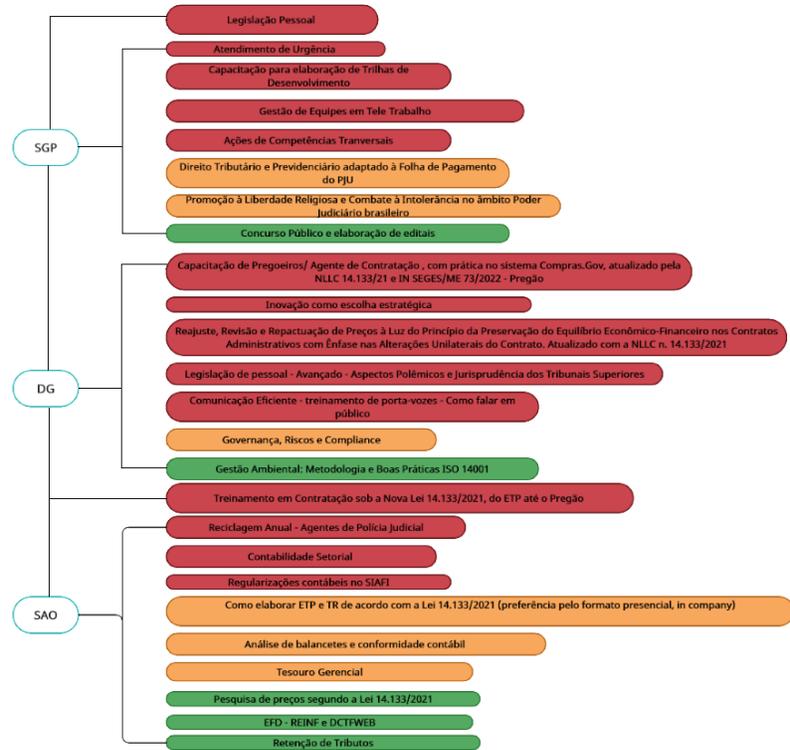
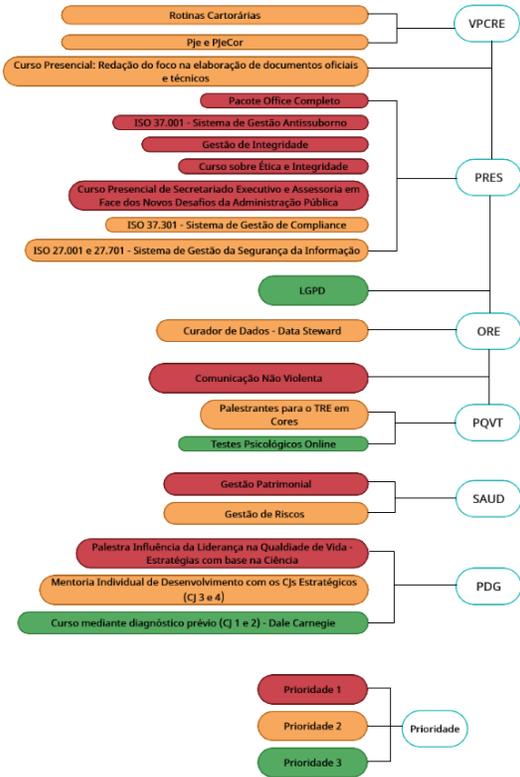
---

Ante as informações apresentadas, salientamos o esforço da Seção de Capacitação em promover ações que contemplem aspectos técnicos, gerenciais e pessoais. Imbuídos de uma visão holística e humanística dos integrantes da instituição, ressaltamos o comprometimento deste Tribunal na contínua capacitação dos servidores e na busca constante da excelência organizacional. Diante do exposto, a Seção de Capacitação encaminha o presente PAC 2023 para apreciação.



# Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

## PAC 2023





## Mapa estratégico

